

AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Roxane Lopes de Mello¹
Nelson Wellausen Dias²

¹ Engenheira Agrônoma e Bacharel em Direito (Mestranda em Ciências Ambientais), extensionista convênio Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/Prefeitura Municipal de Redenção da Serra; Avenida XV de novembro, 829, centro, CEP 12170-000, Redenção da Serra – SP. mellodias.slp@pop.com.br.

² Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – UNITAU - Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5.000 – 12080-010 – Taubaté – SP, Brasil. nelson.dias@unitau.br

Resumo- O conceito de Desenvolvimento Sustentável é questionado, dentre outros argumentos, em função da dificuldade em se determinar a sustentabilidade de um sistema. O presente estudo procurou realizar uma leitura associada à agricultura familiar e à questão da sustentabilidade ambiental e social da agricultura familiar. A escolha da agricultura familiar está relacionada com a multifuncionalidade da agricultura familiar, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural, responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. A agricultura familiar é sustentável quando ela é ecologicamente bem fundada, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente apropriada.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável, meio ambiente rural, agricultura familiar.

Área do Conhecimento: Ciências Agrárias

Introdução

Como expressa a Profa. Nazareth Wanderley “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” Wanderley (2001).

Cerca de quatro milhões de pequenas propriedades rurais empregam 80% da mão-de-obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira. No país dos latifúndios, a produção da agricultura familiar disputa com o agronegócio exportador a atenção do poder público e o reconhecimento de sua participação no desenvolvimento. A alta produtividade das pequenas propriedades contrasta com as extensas áreas ocupadas por lavouras de monoculturas e pastagens de pecuária extensiva.

A agricultura familiar é uma forma de produção através da interação entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força

impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e renda. A agricultura familiar tem capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. Além disso, o setor é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar, 2007).

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo FAO/INCRA (1994).

Buscou-se com este trabalho estudar a agricultura familiar frente ao desenvolvimento ambiental e social sustentável.

Este estudo está baseado nas seguintes premissas: (1) o bem-estar social da comunidade e a preservação do meio ambiente são possíveis mediante manejos sustentáveis dos sistemas

agrícolas familiares; e a agricultura familiar é aquela em que a produção poderá continuar a suprir as necessidades atuais sem afetar o meio ambiente.

Metodologia

As linhas de pesquisa e estudos geradores de propostas de desenvolvimento rural sustentável, sobretudo os que visam atender ao segmento da produção familiar, devem passar por alguns pré-requisitos para o diagnóstico preciso e para a formulação de alternativas consistentes aos principais entraves detectados. É preciso contemplar não apenas a melhoria das condições técnicas, sociais e econômicas das comunidades, como também alternativas que levem a melhorias na comercialização, à geração de empregos e à proteção ambiental, respeitando costumes, características e aptidões locais.

Assim, a metodologia utilizada para o diagnóstico e prospecção incluíram a pesquisa bibliográfica e levantamentos de dados secundários, que constaram, basicamente, da reunião de dados históricos e de informações mais recentes sobre a atividade agropecuária regional e local, com levantamentos especiais do LUPA – Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (PINO, 1997).

Resultados

Na formação da agricultura sustentável a busca por “maior eficiência dos sistemas de produção agrícola deve ser compatível e coerente com cada realidade ecológica” Costa (1993). Faz-se necessária a utilização mais eficaz dos recursos naturais para que estes não sejam degradados. Salientando a necessidade de sustentabilidade ecológica de longo prazo Altieri (2000) destaca que os sistemas de produção devem: (a) Reduzir o uso de energia e recursos e regular a entrada total de energia de modo que a relação entre saídas e entradas seja alta; (b) reduzir as perdas de nutrientes detendo a lixiviação, o escoamento e a erosão, e melhorando a reciclagem de nutrientes com o uso de leguminosas, adubação orgânica e composta, e outros mecanismos eficientes de reciclagem; (c) incentivar a produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico; (d) sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, minimizando a degradação do solo; e (e) reduzir custos e aumentar a eficiência e a viabilidade econômica das pequenas e médias unidades de produção agrícola, promovendo, assim, um sistema agrícola potencialmente resiliente.

A produção agrícola sustentável, de acordo com Gliessman (2000), é possuidora de base

ecológica. Onde a produção seja “capaz de, perpetuamente, colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometido” Gliessman (2000). Como não é possível demonstrar no presente o que é perpétuo, somente o futuro poderá comprovar verdadeiramente a sustentabilidade. É “impossível se saber, com certeza, se uma determinada prática é, de fato, sustentável ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade” Gliessman (2000). Ao presente cabe demonstrar que a prática está se afastando da sustentabilidade. A produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força na promoção do desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, a integração de atividades vegetais e animais além de trabalhar em menores escalas Carmo (1998).

De acordo com os dados do LUPA o Vale do Paraíba e o Litoral Norte compreendem uma área de 1.626.800 ha., que representa 6,57% do total da área do Estado de São Paulo, e é ocupada pelos 21 municípios pertencentes ao EDR de Pindamonhangaba e pelos 18 municípios do EDR de Guaratinguetá, os quais em conjunto, formam o Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Vale do Paraíba. As principais explorações econômicas da região são: carne bovina, leite, arroz em casca, banana, ovos, tomate de mesa, milho, feijão, carne suína, cana-de-açúcar, tangerina, laranja para indústria, manga, mandioca de mesa, laranja de mesa, café beneficiado e batata.

Predominam nesta região, propriedades de até 50,0 ha. (67,71%) que ocupam 16,84% do total de área. Os imóveis de 50 a 500 ha. representam 30,58% das UPA's e ocupam 54,64% da área total, principalmente em Areias, Queluz, Jambiro e Potim. Apesar dos imóveis maiores de 500 ha. serem pouco representativos, somente 1,72% das UPAS ocupam áreas significativas (30,58%) da região.

Na região predominam as pastagens, com uma área de 624.692 ha., representando 92,00% da ocupação do solo no PRDTA – Vale do Paraíba, na quase totalidade dos municípios.

Em seguida, porém com percentual bem menor, as culturas anuais ocupam 5,04% do solo, ou seja, 34.196 ha., principalmente com: milho, totalizando 11.308 ha. que representam 33,07% da área plantada com culturas anuais; com arroz irrigado que ocupa 30,14% da área, o que equivale a 10.308 ha.; na seqüência estão o milho para silagem, o feijão - safras das águas, da seca e de inverno, e o milho safrinha, totalizando 10.304 ha. (30,13%).

Região predominantemente pecuarista, produz 2,6% do total da produção de carne bovina estadual, principalmente os municípios de

Pindamonhangaba, São José dos Campos e Taubaté, enquanto a produção de leite se concentra nos municípios de Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Caçapava.

A cultura de arroz é predominantemente irrigada, sendo que a área Vale do Paraíba é responsável por 70,1% do total da área plantada no Estado de São Paulo, perfazendo 10.308 ha., principalmente nos municípios de Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Tremembé.

A composição da lista de produtos para a estimativa do valor da produção agropecuária revela uma diversidade de atividades produtivas, embora à região esteja concentrado nos produtos animal.

Considerando que as produções de leite correspondem a 33,51% do valor da produção agropecuária, e considerando também a sua importância social para a região. A maior parcela da produção de leite era realizada por pequenos produtores operando com baixa produtividade e perdendo participação na oferta global do produto. Em contrapartida, os produtores com produtividade média a alta, embora em menor número, estavam ampliando sua participação. A dinâmica de mercado vem atuando no sentido de selecionar os produtores de leite por escala de produção, qualidade da matéria-prima e profissionalismo na gestão dos negócios.

Discussão

A idéia de uma 'agricultura familiar sustentável' revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Indica o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. Resulta de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde

A agricultura familiar sustentável, de acordo com Ehlers (1999), "mais do que um conjunto definido de práticas, a agricultura sustentável é hoje apenas um objetivo. O que varia é a expectativa em relação ao teor das mudanças contidas nesse objetivo." Ehlers (1999).

O fortalecimento da agricultura familiar sustentável sugere a necessidade de que sejam ultrapassados os velhos conceitos de agricultura de baixa renda, pequena produção e agricultura de subsistência, os quais não têm ajudado a resolver o processo de integração dos agricultores ao mercado competitivo. A "Agricultura Familiar deve ser entendida, de uma maneira mais ampla, como um segmento que detém poder de influência econômica e social. Nesta agricultura, cujo capital pertence à família e em que a direção do processo produtivo está assegurada pelos proprietários, a despeito do tamanho das unidades

produtivas e de sua capacidade geradora de renda, as características são inteiramente compatíveis com uma importante participação na oferta agrícola" Otani (2001).

Conclusão

Até o final dos anos de 1970, os agricultores eram os responsáveis pela gestão do espaço rural, com o objetivo de produzir alimentos em quantidade, de qualidade e baratos. Os agricultores eram vistos como os mediadores da relação entre a sociedade e a natureza.

No novo milênio, o espaço rural, que era dominado pela produção agrícola, vê sua dimensão ampliada, o que interfere diretamente nos seus modos de uso. O espaço rural agora é visto como um conjunto variado de bens públicos aos quais estão ligados valores que vão muito além da simples produção de alimentos, fibras e energia. Depositórios principais da biodiversidade, de um rico patrimônio paisagístico e de formas de vidas crescentemente valorizadas nos dias de hoje, os espaços rurais ganham dimensões promissoras para o processo de desenvolvimento. Deve ser encarado como o espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como o terreno de onde vão sair produtos agropecuários. Vão surgindo novas formas de relação entre o homem e o território, em que as necessidades da produção agrícola são apenas um componente - e cada vez menos importante na utilização do espaço. Dentro dessa ótica, o desenvolvimento rural deve ser um conceito espacial e multissetorial e a agricultura, como parte dele. A unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas economias regionais. A proposta, então, é para o manejo integrado de recursos naturais, referindo-se, em última instância, ao ordenamento do uso/ocupação da paisagem, observadas as aptidões de cada segmento e sua distribuição espacial na paisagem. Trata-se, portanto, de uma proposta concreta para o desenvolvimento sustentado, aqui entendido como o uso dos recursos naturais para fins múltiplos e ocupação dos ecossistemas, observados seus respectivos limites de aptidão, atentando para a prevenção, correção e mitigação de prováveis impactos ambientais indesejáveis sob o ponto de vista econômico, social e ecológico. A abordagem adotada deve integrar os aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais, com ênfase no primeiro, pois a capacidade ambiental de dar suporte ao desenvolvimento é de primordial importância, uma vez que há sempre um limite a partir do qual todos os outros aspectos são inevitavelmente afetados. Em outras palavras, o uso e a ocupação são condicionados pelas

características ambientais e sócio-econômicas de cada propriedade. Portanto:

- A agricultura familiar sustentável é aquela que é produtiva, mantendo ou melhorando a produção;
- É estável, reduzindo os seus possíveis riscos;
- Ambientalmente sadia, protege e recupera os recursos naturais, prevenindo a degradação dos solos, preservando a biodiversidade e mantendo a qualidade do ar e da água;
- Viável economicamente;
- Igualitária, asseguram igual acesso ao solo, água, outros recursos e produtos para todos os grupos sociais;
- Autônoma, pois garante a subsistência e autonomia de todos os grupos envolvidos na produção;
- Participativa, construída coletivamente por processo democrático;
- Humana, pois satisfaz as necessidades básicas dos envolvidos e liberdade para as gerações atuais e futuras;
- Preserva a cultura local, das comunidades que criaram e preservam seus recursos genéticos.

Do ponto de vista agrícola, no documento "Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para o Brasil" apresentado em 1994 pela FAO/INCRA, é enfatizada a dimensão social da sustentabilidade, pois menciona que para alcançá-lo a sociedade brasileira deve optar pelo fortalecimento e expansão da agricultura familiar através de um programa de políticas públicas como forma de reduzir os problemas sociais, *englobando políticas agrícolas, industriais e agrárias de curto, médio e longo prazo* FAO/INCRA (1994).

Associando-se a esse contexto, as características do processo produtivo do pequeno produtor familiar, pode-se afirmar que, mantendo-se a situação atual observada na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, grande parcela dessa categoria, que é preponderante na região, continuará sendo expulsa do mercado formal ou então remetida à condição de subsistência, acarretando sérios problemas de ordem social e de saúde pública.

Para que isso não ocorra devemos promover o desenvolvimento sustentável na região, através de ações como: o plantio direto; o desenvolvimento de tecnologias para renovação de pastagem de menor impacto ambiental; o planejamento da ocupação adequada da propriedade rural; ações de educação ambiental e ações que visem a geração, adaptação e transferências de tecnologias para as áreas do programa de microbacias, como subsídios para preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e manutenção dos mananciais.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.

CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D., BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: ed. UFPR, 1998.

COSTA, M. P. B. **Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar, Reforma Agrária 23(1): 53-69, jan/abr. 1993.**

EHLERS, E. M. O que se entende por agricultura sustentável? In: VEIGA, José E. (org). **Ciência Ambiental; primeiros mestrados**. São Paulo: Annablume: FAPESP. 1998.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária. 1999

FAO/INCRA **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA,1994. 24p. (Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036).

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

OTANI, M. N. et al. Caracterização e Estudo da Agricultura Familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo: v.31, n.4, abr. 2001.

PINO, F. A. (Org.). **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo**. São Paulo: IEA/CATI/SAA, 1997. 4 v.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo-RS: UPF, 2001.